

SINAL-SP INFORMA

São Paulo, 8 de novembro de 2013 - nº 63



**O SINAL-SP APOIA O NOVEMBRO AZUL
campanha contra o câncer de próstata**



NESTA EDIÇÃO

- *Instituto Escola do Povo*
- *Saiu na imprensa*

INSTITUTO ESCOLA DO POVO

SINAL-SP recebe visita

No dia 4/11/13, recebemos a visita da professora Ilza Rosa de Senna, coordenadora pedagógica da Escola do Povo, organização que atende a Comunidade Paraisópolis, 2ª maior favela de São Paulo. A visita teve o objetivo de apresentar a proposta pedagógica da escola e buscar apoio institucional e financeiro para a manutenção do projeto.

O objetivo do Instituto é promover a alfabetização plena de adultos, aprimorando a capacidade de compreensão e reflexão crítica. Busca também estimular a organização comunitária, o exercício da cidadania e incentivar a participação dos alunos em cursos profissionalizantes.

Para a alfabetização é utilizada cartilha criada por Ilza Senna, com base na proposta pedagógica* do educador Paulo Freire. Até 2012, foram alfabetizadas pelo método 3.298 pessoas, de variadas idades. A escola atua de forma proativa na atração de mais alunos: emprega os próprios docentes no trabalho de aproximação junto às famílias, com visitas às residências da comunidade.

A Escola do Povo vive de parcerias, com o apoio do Ministério da Educação (Programa Brasil Alfabetizado), da Secretaria de Estado da Educação (Programa de Alfabetização e Inclusão), de empresas privadas e de pessoas físicas.

Cada classe é composta de 20 a 25 pessoas, que recebem lanche e kit de material estudantil. As aulas ocorrem na sede da escola e em instituições e espaços da comunidade. O custo de uma turma, durante nove meses, com o pagamento inclusive dos educadores, todos moradores locais, é de aproximadamente R\$ 29.000,00.

Em vista da finalidade estatutária do SINAL foi explicado à professora Ilza da impossibilidade de oferecermos apoio financeiro; entretanto, considerando o apelo social do Projeto, os dirigentes do SINAL se prontificaram em atuar na sua divulgação.

Se você quiser colaborar com o Instituto, entre em contato com Ilza Senna pelo celular (11) 9-7217-8423. Para mais informações, acesse <https://www.facebook.com/EscoladoPovo>.

** A proposta pedagógica elaborada por Paulo Freire se baseia na utilização das palavras que fazem parte do cotidiano dos alunos. Por exemplo, se fossemos alfabetizar pessoas adultas que trabalham na construção civil, segundo o método de Paulo Freire, iríamos ter que elaborar um processo educativo que considerasse determinadas palavras, tais como tijolo e casa, no início do processo de aprendizagem. Assim, usaríamos palavras que tivessem uma relação direta com a vida desses alunos. Dessa forma, a partir das sílabas dessas palavras os alunos aprenderiam novas palavras. Nesse contexto é que Paulo Freire procurou desenvolver aquilo que ele chama de temas geradores, ou seja, os alunos começariam a refletir o porquê de determinadas questões da vida desse sujeito. Portanto, os alunos não seriam apenas alfabetizados, eles teriam a condição de questionar a sua posição social. [fonte: [Livre Saber](#)]*



Ilza Senna, segunda à direita, com conselheiros do SINAL-SP

SAIU NA IMPRENSA

Pró-Sangue precisa com urgência da sua doação

Estoque baixo pode comprometer tratamento de pacientes

Os bancos de sangue paulistas estão em patamares bem críticos. E na Pró-Sangue a situação não é nada diferente. As doações registraram uma queda substantiva nesses últimos meses, o que acabou por comprometer o estoque de bolsas de sangue.

Hoje, as reservas da Pró-Sangue não correspondem a 30% do total de bolsas necessárias para abastecer mais de 100 instituições de saúde da rede pública da Região Metropolitana de São Paulo. Isso pode vir a comprometer o tratamento de pacientes que precisam de transfusão de sangue.

É por tudo isso que mais uma vez a Pró-Sangue convoca a população para que venha doar sangue. Para isso, a Fundação dispõe de seis postos de coleta fixos para receber os candidatos. Confira [clikando aqui](#).

Contamos com a sua ajuda. Se vier doar, uma dica: dê preferência de segunda a sexta, pois o tempo de espera no atendimento é menor. Para informações dos requisitos de doação, [clique aqui](#).

Fonte: Fundação Pró-Sangue - [Hemocentro de SP](#)

[[[]]]

Planos econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II irão a julgamento no dia 27 de novembro

Sexta-feira, 8/11/13

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) vai analisar, no próximo dia 27, quatro recursos extraordinários com repercussão geral reconhecida (RE 626307, RE 591797, RE 631363 e RE 632212), que discutem o direito a diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança em razão dos expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão (tema [264](#) da tabela de temas da repercussão geral), Collor I (temas [265](#) e [284](#)) e Collor II (tema [285](#)).

Conforme os dados informados pelos Tribunais e Turmas Recursais de origem, o julgamento conjunto desses recursos impactará* na solução de mais de 390 mil processos que se encontram sobrestados na origem, até definitiva solução pelos ministros do STF, nos termos do artigo 543-B do Código de Processo Civil.

Processos relacionados:

[RE 626307](#)

[RE 631363](#)

[RE 591797](#)

[RE 632212](#)

Fonte: [STF](#)

* De acordo com notícia publicada pelo Valor Econômico de hoje, reproduzida no [sítio](#) do STF, "Os bancos podem perder entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões conforme a decisão do STF, segundo estimativa feita em março pelo Banco Central. Se a corte entender que a correção aplicada foi inferior à que os correntistas tinham direito, bancos públicos e privados terão que pagar os expurgos inflacionários referentes ao período."

[[[

Sindicalistas criticam proposta que regulamenta greve de servidores públicos

07/11/2013

Karine Melo, Repórter da Agência Brasil

Brasília – Por falta de quórum e pela segunda vez consecutiva, a Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição, adiou o debate sobre a proposta do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre a regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, garantido na Constituição de 1988.

O texto do senador é uma minuta de projeto de lei que vai tramitar na Câmara e no Senado. Ao anunciar o adiamento da reunião de hoje, Romero Jucá foi vaiado por um grupo de sindicalistas. Ele disse estar aberto à negociação com as centrais sindicais, mas que até agora não recebeu manifestação das entidades sobre a proposta.

"O governo, para retaliar a pressão dos trabalhadores, quer impor uma proposta nefasta, por meio do projeto. Aí não tem acordo, não tem consenso, por isso é que não dá quórum na comissão. O senador precisa abrir os *e-mails* dele, porque as entidades (sindicais) mandaram contribuições, inclusive pedidos de audiência pra conversar com ele", reclamou Sérgio Ronaldo, da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal.

O sindicalista atribuiu o esvaziamento da comissão à falta de acordo entre os próprios parlamentares e também entre os políticos e as entidades sindicais. Segundo a assessoria de Romero Jucá, a primeira reunião entre ele e representantes das maiores centrais sindicais está marcada para a próxima segunda-feira (11).

"Os serviços públicos federal, estadual e municipal não têm legislação, por isso é que nós temos o problema. Nós não temos lei, não temos liberação sindical, não temos organização sindical, não temos estrutura. Nós nos organizamos por analogia baseada na CLT.

Nós queremos fazer a regularização de tudo, e essa é a conversa que nós vamos ter com o senador na segunda-feira a tarde”, adiantou João Paulo Ribeiro da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

Para os sindicalistas, é importante que a proposta venha acompanhada das regras da negociação coletiva, estabelecendo um calendário para começo, meio e fim. Romero Jucá insiste que a negociação seja discutida em outro projeto.

Entre as polêmicas do anteprojeto apresentado pelo senador está a exigência de que pelo menos 50% dos servidores públicos continuem trabalhando em caso de greve do funcionalismo. Na área de segurança pública, as polícias Civil e Federal, deverão ter pelo menos 80% do efetivo em serviço.

No caso de serviços considerados essenciais, como os de assistência médico-hospitalar, abastecimento de água, captação e tratamento de lixo, distribuição de energia, transporte coletivo e os serviços de telecomunicações, 60% dos servidores terão que trabalhar durante a greve. O texto de Romero Jucá proíbe a greve de integrantes das Forças Armadas, de policiais militares e de bombeiros.

Fonte: [Agência Brasil](#)

- Siga no [Twitter](#) as últimas notícias do SINAL-SP -

SINAL - Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
Av. Paulista, 1754 - 14º andar - cjs. 141/144
São Paulo SP - CEP 01310-920 / tel (11) 3159-0252
sinalsp@sinal.org.br / link para SINAL-SP: clique [AQUI](#)